



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALADEJANY RODRIGUES DE MOURA

**OS IMPACTOS FORMATIVOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM ESCOLAS
NA CIDADE DE PICOS - PI**

PICOS - PI

2014

ALADEJANY RODRIGUES DE MOURA

**OS IMPACTOS FORMATIVOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM ESCOLAS
NA CIDADE DE PICOS - PI**

Monografia apresentada como requisito final para aprovação no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial para à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. José Leonardo Rolim De Lima Severo.

PICOS - PI

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929i Moura, Aladejany Rodrigues de.
Os impactos formativos do programa mais educação em
escolas na cidade de Picos-PI / Aladejany Rodrigues de Moura
– 2014.
CD-ROM ; 4 ¾ pol. (51 f.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.
Orientador(A): Prof. Ms. José Leonardo R. de Lima Severo

1. Educação Integral 2. Programa Mais Educação. 3.
Impactos Formativos. I. Título.

CDD 371

ALADEJANY RODRIGUES DE MOURA

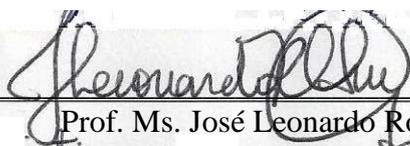
**OS IMPACTOS FORMATIVOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM ESCOLAS
NA CIDADE DE PICOS - PI**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Piauí -
UFPI, como requisito parcial para à obtenção
do grau de licenciado em Pedagogia.

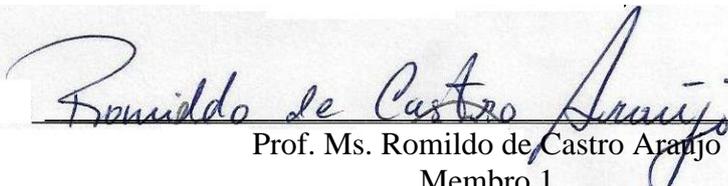
Aprovada em: 14/01/2015

Nota: 9,0

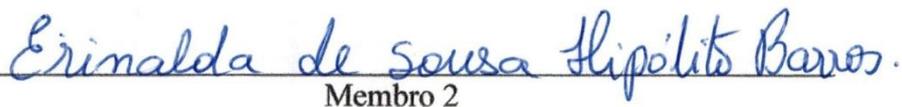
Banca Examinadora



Prof. Ms. José Leonardo Rolim De Lima Severo
Orientador - Presidente



Prof. Ms. Romildo de Castro Araújo
Membro 1



Membro 2

Dedico este trabalho em primeiro lugar ao Senhor Jesus pela bondade, paz, sabedoria, saúde e todas as dádivas com que todos os dias envolvem a mim e toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Em especial, ao Senhor Jesus pela bondade e pelo dom da vida.

Aos meus familiares pelo apoio e colaboração.

Aos meus professores pelos ensinamentos compartilhados e, em especial ao meu orientador, Ms. José Leonardo Rolim de Lima Severo, pela colaboração na construção deste trabalho.

Aos meus colegas de turma pela amizade construída no decorrer do curso.

Às pessoas que de alguma forma contribuíram na construção deste trabalho monográfico

*“Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida. Esses são
os imprescindíveis.” (Tapia, 2003)*

RESUMO

O presente estudo possui como objeto o impacto do Programa Mais Educação na aprendizagem das crianças em duas escolas públicas na cidade de Picos-PI, tendo como propósito principal analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Programa nas escolas municipais Celso Eulálio e Padre Madeira, ambas situadas no centro da referida cidade, são avaliadas pelos sujeitos que atuam no mesmo. A fundamentação teórica do estudo inclui conceitos e abordagens no campo da Educação Integral e Educação Não-Formal, a exemplo das contribuições de Coelho (2009), Dantas Filho (2006), Luck (2009), Rua (2009), Saviani (1998), Veiga (2001) dentre outros. A coleta de dados se deu durante o mês de outubro de 2014, através da aplicação de Questionários junto a dez monitores, cinco de cada escola, e vinte alunos participantes do Programa. As perguntas do questionário se estruturaram a partir de questões específicas sobre as temáticas abordadas nesse estudo, bem como questões sócio demográficas, sendo compostos por itens abertos e fechados. Desse modo, o sujeito participante não foi identificado pessoalmente. Após a concretização de todas as etapas que perfazem esse estudo, pode-se concluir que os monitores do Programa Mais Educação empregam estratégias plurais com a utilização de recursos didáticos diversificados no decorrer de sua prática pedagógica. Os monitores acreditam que o Programa Mais Educação conta com recursos que mobilizam a promoção de um ensino de qualidade, impactando o desenvolvimento de competências e habilidades dos educandos visando uma formação integral.

Palavras-chave: Educação Integral. Programa Mais Educação. Impactos formativos.

ABSTRACT

This study has as its theme the impact of the More Education Program in children's learning in the city of Picos-PI, with the main objective to analyze how the pedagogical practices developed by the program in schools of public health system, in particular the Municipal Schools Celso Eulálio Father and Madeira, both located in the city center of Picos -PI, are evaluated by the subjects who work in that program. The research took place in October 2014 in public schools of the city of Picos-PI: Municipal Schools Celso Eulálio and Father Wood, where the choice of such schools was due to work with the More Education Program. For the development of this research were interviewed ten (10) Monitors (five from each school) and twenty (20) students on the theme addressed in this study, which was chosen as an instrument of data collection a demographic questionnaire with open questions and closed. Thus, the researched was not identified in any way, answering the questions individually, without help from the researcher, avoiding interference and influences. After the implementation of all the steps that make up this study, we can conclude that monitors More Education Program diversificas employ strategies with the use of didactic and pedagogical resources diversified in the course of their practice. Thus, the More Education Program has resources that mobilize the promotion of quality education to work the skills and abilities of students aiming at a comprehensive training.

Keywords: Integral Education. More Education Program. Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB	Índice do Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PMEd	Programa Mais Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Visão externa da Escola Municipal Padre Madeira	31
FIGURA 02 Visão externa da Escola Municipal Celso Eulálio.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Adequação escolar para o funcionamento do programa.....	34
Gráfico 02 – Relação das atividades realizadas com o Projeto Político pedagógico	36
Gráfico 03 – Sexo dos alunos contemplados no Programa Mais Educação.....	37
Gráfico 04 – Incentivo dos pais e/ou responsáveis a participar do Programa Mais Educação	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Fundamentos da Educação Integral	15
2.2 Políticas de Educação Integral no Brasil	18
2.3 Aspectos sobre o Programa Mais Educação	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 Os Caminhos da Pesquisa	29
3.2 Tipo de Pesquisa	29
3.3 Instrumento de Coleta e Tratamento de Dados	30
4 EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS DO PROCESSO FORMATIVO NO MAIS EDUCACÃO	33
4.1 Sentidos e Significados de Processo Formativo no Mais Educação	33
4.2 Ação e Prática Pedagógica no Programa Mais Educação	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	45

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como temática o impacto do Programa Mais Educação na aprendizagem das crianças na cidade de Picos-PI, tendo como objetivo principal analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo programa em escolas da rede pública municipal, em especial, as Escolas Municipais Celso Eulálio e Padre Madeira, ambas situadas no centro da cidade de Picos-PI, são avaliadas pelos sujeitos que atuam no referido Programa.

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular¹, na perspectiva da Educação Integral.

De acordo com o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.

As políticas públicas são decisões do Estado resultantes do esforço de buscar as soluções dos problemas enfrentados pelas pessoas e comunidades. Dessa forma, podem ser definidas como a resolução pacífica de conflitos ou alguns problemas sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe uma jornada diária de 7 horas para que as crianças se envolvam com a aprendizagem. Dessa forma, a Educação Integral tem como propósito trabalhar uma educação total, globalizada. Assim, por meio da educação, integra lós, assim os alunos poderão se desenvolver de forma completa, em sua totalidade, tendo em vista que essa educação reorganiza espaços e conteúdos.

A esse respeito, o programa Mais Educação, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC) e desenvolvido por meio da educação integral, tem o objetivo de melhorar o ambiente escolar, oferecendo atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e arte, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educo comunicação, educação científica e educação econômica.

A proposta do Programa Mais Educação, surge nas escolas brasileiras em 2008, com o objetivo de assegurar a promoção de uma educação de qualidade pautada na formação integral dos educandos. Vale mencionar que as habilidades de leitura e escrita são contempladas nas atividades desenvolvidas pelo programa, por considerar essas habilidades inerentes à formação do indivíduo e sua inserção no meio social do qual faz parte. Visando o aprofundamento da pesquisa, questiona-se: Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo

Programa Mais Educação na Escola Municipal Celso Eulálio e Padre Madeira localizadas na cidade de Picos? Como os sujeitos envolvidos no Programa avaliam os impactos do mesmo quanto à qualidade e a pertinência das práticas pedagógicas desenvolvidas?

Assim, este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, levantando informações sobre o tema em destaque, bem como pelo desenvolvimento de uma pesquisa de campo realizada em 02 (duas) escolas da rede pública municipal da cidade de Picos-PI: a Escola Celso Eulálio e a Escola Padre Madeira. O objetivo que orientam o estudo são analisar como os monitores e alunos envolvidos no Programa Mais Educação nas referidas escolas percebem os impactos formativos decorrentes da realização de atividades no âmbito deste Programa.

Com base nesse propósito geral, este estudo buscará: a) levantar informações sobre como o Programa Mais Educação vem sendo desenvolvido nas escolas; b) compreender como os diversos atores inseridos no Programa, bem como professores da escola, representam avanços e desafios formativos relacionados ao seu desenvolvimento; c) refletir sobre as condições necessárias para que o Programa alcance impactos de desempenho mais satisfatórios em se tratando dos seus objetivos estratégicos.

Quanto aos aspectos metodológicos, informa-se que o estudo se configura como uma pesquisa de campo que contou com duas técnicas de coleta de dados: a realização de observação sistemática nas escolas e a aplicação de questionários junto a monitores e alunos envolvidos no Programa. Os dados foram analisados à luz do referencial teórico adotado e sob uma abordagem qualitativa.

Portanto, a partir dessas reflexões, acredita-se que a temática aqui abordada tem sua relevância no sentido de despertar para novos estudos e questionamentos cada vez mais ampliados, bem como, uma análise profunda do objetivo caracterizado nesse estudo. Além disso, com a realização desse trabalho, almejou-se um aprofundamento e análise sobre a postura dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, no que diz respeito às questões relacionadas ao impacto do Programa Mais Educação nas escolas municipais de Picos-PI evidenciando as contribuições desse programa no processo de aprendizagem dos educandos.

O trabalho está estruturado em capítulos, os quais iniciam-se com a introdução, apresentando o trabalho, destacando os objetivos, a metodologia, a escolha do tema, a relevância social e a estruturação dos capítulos. No segundo capítulo apresentou-se os fundamentos da Educação Integral, evidenciando características e aspectos que a diferem das demais formas de educação. Nele, apresentou-se algumas considerações sobre as políticas públicas existentes no Brasil. Em seguida, discorre-se sobre o Programa Mais Educação

trazendo informações relevantes sobre a concepção, características e contribuições no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. No terceiro capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos que foram disponibilizados para a realização do estudo, destacando o tipo de pesquisa utilizado, o universo, o público participante, bem como os instrumentos que foram usados na construção desse estudo. Além disso, apresenta-se as análises e discussão dos dados que foram obtidos na construção e desenvolvimento da pesquisa de campo. Por fim, discorre-se as considerações finais a cerca das informações contidas dentro desse trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Fundamentos da Educação Integral

A educação integral dispõe-se no cenário educacional como objetivo a ser alcançado pela política pública nacional de educação. Essa iniciativa política evidencia a necessidade de se intensificar o debate sobre o sentido e as demandas de implementação da educação integral, pois dele emergem “questões de cunho filosófico, [...] reflexões sociológicas, político-pedagógicas e administrativas” (PRADO, 2005, p. 17).

Dadas as limitações técnico-financeiras dos sistemas e estabelecimentos de ensino para implantação do regime integral, alternativas diversas têm buscado inserir atividades diversificadas que complementem e ampliem as aprendizagens que ocorrem no tempo/espaço escolar. Dessa forma:

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na co-responsabilidade por sua formação integral. (PDDE– Manual de Educação Integral, 2009).

Nesse sentido, de acordo com a citação anterior percebe-se que a proposta de educação integral visa ampliar o tempo do educando na escola e suas possibilidades de aprender, contextualizando esse conhecimento por meio de vivência de saberes e experiências que serão indispensáveis na sua vivência em sociedade, bem como, na proposta da educação como um ato significativo e contínuo. A esse respeito, Rua (2009, p.45) ressalta que:

Da perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é se vale a pena ampliarmos o tempo dessa escola que aí está. E a conclusão a que chegamos é que, antes (e este é um ‘antes’ lógico, não cronológico) é preciso investir num conceito de educação integral, ou seja, um conceito que supere o senso comum e leve em conta toda a integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira do tempo integral porque, para fazer-se a educação integral, esse tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta. (...) A escola que aí está fracassa, portanto, porque é parcial. É por isso que precisamos pensar sobre a educação integral.

Dessa forma, nota-se que a escola precisa integrar atividades que norteiam tanto a parte interna como externa da escola, ampliando as condições de acesso, permanência e troca de saberes significativos para professores e educando. Deve-se levar em consideração que a educação se inicia na família, perpassa a sociedade e se contextualiza na escola.

Levando em consideração o direito da educação para todos, a legislação brasileira, especialmente a que se aplica ao campo educacional, já garante esta questão da Educação integral. A Constituição Federal de 1988 nos diz:

Art. 6º : São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção. Estes direitos buscam garantir base integral ao ser humano. É pensado as dimensões deste ser integral. É por que o homem e a mulher, as crianças e adolescentes do meio rural, não tem direitos garantidos? Nossa luta deve ser esta também de garantir estes direitos a esta população (BRASIL, 1988, p. x).

Sob essa ótica, a educação, assim como outros direitos sociais, deve ser entendida como sendo ferramenta indispensáveis para uma vivência em sociedade de maneira plena. É importante garantir que esse e outros direitos sociais sejam adquiridos e que as pessoas tenham conhecimento e acesso aos mesmos.

Gadotti (2008) apontou que a temática da educação integral é um assunto recorrente, pois se manifesta na pedagogia desde a antiguidade. Segundo o autor:

Aristóteles já falava em educação integral. Marx preferia chamá-la de educação unilateral. A educação integral, para Aristóteles, era a educação que desabrochava todas as potencialidades humanas. O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolvem ao longo de toda a vida. Educadores europeus como o suíço Eduard Claparède, mestre de Jean Piaget, e o francês Célestin Freinet, defendiam a necessidade de uma educação integral ao longo de toda a vida (2008, p.13)

No Art. 205, da Constituição nos diz que “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. x). Fica claro aqui que esta educação é também papel da família, da sociedade e do Estado. Portanto, é também papel da sociedade civil, educar para cidadania, para transformar, tendo em vista que a educação começa na família e na sociedade.

Levando em consideração o que prevê a Constituição Federal, deve-se ter em mente que a educação contempla diferentes meios e estratégias. A esse respeito, aprende-se também fora do âmbito escolar, isto é, aprende-se também por meio da educação não-formal,

caracterizada como sendo aquela que desenvolve-se fora da escola. A esse respeito, Trilla (2008, p.39) conceitua a educação não-formal como “aquela que se realizada fora do marco institucional da escola que se afasta dos procedimentos escolares convencionalmente”.

Algumas propostas de educação integral, como aquela contemplada no Programa Mais Educação, visa ligar a proposta de educação desenvolvida no âmbito escolar como aquela que pode-se ser vista fora dele, a exemplo de diferentes atividades culturais e sociais, bem como aquelas direcionadas ao letramento e ao conhecimento matemático.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a educação não-formal prepara formando e produzindo sujeitos críticos, promovendo uma educação que prepare para os desafios a serem enfrentados na sociedade, rompendo barreiras do egoísmo do individualismo e outros empecilhos na busca da civilidade. Para que isso aconteça, é indispensável que a proposta de Educação Integral sejam estruturadas de modo a promover uma relação mais próxima entre educação formal e não-formal, incluindo essas últimas no contexto escolar, como estratégia de ampliar o processo formativo que ocorre nas escolas. Com isso, a revisão do currículo tem outro ponto fundamental, pois a articulação entre aprendizagens formais e não-formais, no âmbito de uma proposta de Educação Integral, permite a formulação de atividades mais efetivas que evitam que processos na escola possam:

Ser reduzidos a mecanismos de moralização ou de reforço, recuperação, suplência, compensação, elevação de médias em provas de resultados quantificáveis. Se assim forem, estarão cumprindo um papel historicamente funesto: reforçar históricas visões negativas, preconceituosas, segregadoras e inferiorizantes dos coletivos populares e adolescências que com tanto custo chegam às escolas. (RUA, 2009, p. 37)

Mas, para que esta educação integral venha a se estruturar e se fortalecer é de suma relevância que haja o engajamento de todos os envolvidos neste processo: professores, educandos, pais, diretores, pedagogos escolares, colaboradores em serviços gerais e demais segmentos da comunidade educacional em prol da construção de um plano de ações coletivas para o trabalho educativo, a fim de possibilitar o desenvolvimento integral do sujeito para o exercício da cidadania e a consciência planetária.

De acordo com os princípios contidos na Constituição Federal à educação como direito social, prevê o contato direto dos alunos com valores, saberes e experiências que serão contextualizadas na escola, mas que, devem partir da família e do meio social do qual fazem parte. Assim, a Educação Integral prevê a contextualização dos saberes construídos na escola e daqueles que são previamente vivenciados fora dela. Sob esse aspecto, o debate de educação

integral está na ordem do dia no Brasil. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases para Educação, nos seus artigos 34 e 87, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral. Conforme segue:

Art. 34 – “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87, parágrafo 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (BRASIL, 1996, p. x).

Diante disso, fica evidente que, além da ampliação da oferta da educação escolar, deve-se ampliar também as condições de acesso e permanência dos alunos, evitando que eles sejam desmotivados a aprender, a participar do programa e a interligar esse conhecimento com sua vivência em sociedade com o uso de atividades formais e não-formais. Deve-se evitar que a educação se apresente de forma autoritária e conseqüentemente centralizada, além da própria resistência por parte de alguns educadores, da comunidade, além das limitações impostas pelo próprio sistema de ensino.

Nesse sentido, a Educação Integral, por meio da flexibilidade, da construção e da reformulação da proposta pedagógica, deve estar em constante transformação, repensando sobre a dialética das relações que são construídas para promover a reciprocidade entre teoria e prática.

2.2 Políticas de Educação Integral no Brasil

As propostas de Anísio para o ensino público buscavam a ampliação das funções da escola, atribuindo-lhe, assim, um papel de destaque no que se refere às questões sociais e culturais. Segundo Chaves (2002), essas propostas contribuíram sensivelmente para as reflexões contemporâneas sobre a educação integral.

As políticas públicas representam um ponto fundamental na rede de garantia dos direitos porque integram o conceito e a função social do Estado, e porque constituem a primeira instância de soluções, possibilidades e oportunidades de transformação da realidade (MORAES, 2009).

Dessa forma, pode-se mencionar que as políticas públicas interligam determinados aspectos que permeiam a sociedade, evidenciando possibilidades que rompem as

desigualdades sociais relacionados tanto aos problemas de distribuição de renda como também aqueles que envolvem à falta de acesso aos direitos previstos na lei e que são muitas vezes, “tirados” da população tão necessitada.

De acordo com essa premissa é importante mencionar que por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação é criado o Programa Mais Educação, através da Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, regulamentado, posteriormente, pelo Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, que se criam as condições para uma educação ampliada. Trata-se, segundo Moll (2008), de um esforço na composição de uma agenda para a Educação Integral, à qual se somam ainda o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/FNDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE prestará a assistência financeira pra implantação dos programas de ampliação do tempo escolar das escolas públicas de educação básica, mediante adesão, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Art. 7º, Decreto nº 7.083/10).

Nesse sentido, o Programa Mais Educação, enquanto uma ação da política pública educacional, propõe uma proposta de educação integral que articule espaços e atividades formais e não-formais por meio do diálogo com as comunidades sociais e os agentes que estão intimamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração a construção de uma prática pedagógica onde estabeleça a educação como sendo um direito de todos e que está previsto na Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, Arroyo (2012, p. 33) enfoca a Educação Integral como uma elevação da “consciência política de que ao Estado e aos governantes cabe o dever de garantir mais tempo de formação, de articular os tempos-espacos de seu viver, de socialização”. Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar por meio da Educação Integral nada mais é do que uma política pública baseada em determinados fatores que interferem de maneira positiva na qualidade do processo de aprendizagem do educando. Com isso, a Educação Integral visa sanar determinadas dificuldades por meio de estratégias pedagógicas diversificadas.

Diante disso, Fernandes (2007, p. 125) expõe que a Educação Integral deve promover novas e ousadas formas de ensinar, aprender e construir seu conhecimento, em diferentes temporalidades, valendo-se da contribuição de vários sujeitos com seus repertórios geracionais, sociais, históricos e culturais, ou seja, do intercâmbio entre contextos sociais e culturais da mistura de idade, gênero e etnias.

A Educação Integral dentro da escola contribui na qualidade do processo de ensino-aprendizagem no momento em que interliga valores sociais, econômicos e culturais que permeiam à sociedade, com valores e atitudes construídos e compartilhados na escola.

Nesse sentido, Bassoli (2004, p. 3), acrescenta que:

As políticas públicas podem ser conceituadas como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos.

Dessa forma, é importante mencionar que a ampliação da jornada escolar por meio do Programa Mais Educação visa não apenas favorecer a ampliação do tempo do educando na escola, ou então diminuir ou erradicar os índices de fracasso ou elevar à aprendizagem da criança, mas deve-se pensar em uma educação que amplie as possibilidades em aprender, em estar em contato cada vez mais com novos meios que oportunizem uma aprendizagem significativa que favorecerá sua inserção na sociedade. Além disso, esse aumento da jornada escolar ampliará a discussão sobre o papel e a importância da família e da sociedade no processo de ensino-aprendizagem, visando a formação plena e integral do educando, enquanto ser em constante formação.

Contudo, Prado (2005, p.33) destaca que política pública não é sinônimo de assistencialismo e, muito menos, de paternalismo, são ações, que objetivam a promoção da cidadania e a garantia dos direitos fundamentais a vida humana, a exemplo da educação.

Nesse sentido, dentre os direitos constituídos legalmente na Carta Magna Brasileira encontra-se o da Educação afirmado no Art.205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). Prosseguindo, o Art. 206, pontua que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais” (idem). Dessa forma, para qual documento? Brasil (2003) cabe ao poder público oportunizar o acesso de todos os alunos que se enquadrem nos requisitos, podendo, inclusive, ser responsabilizado pelo não oferecimento ou pela sua oferta irregular, conforme previsto no § 2º do art. 208 da Constituição Federal.

Para que o Estado cumpra seu papel na garantia dos direitos aos cidadãos, dentre eles a educação, é necessário formular e implementar políticas públicas eficazes para que este propósito possa ser efetivado. As políticas públicas, segundo afirma Bassoli (2004, p.55), funcionam como instrumentos de fixação de interesses em torno de objetivos comuns, ou seja,

visam o bem da coletividade. Logo, toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular.

Nessa perspectiva, não basta existir uma previsão escrita do direito à educação. Assegurar escola para todos deveria ser uma constante, não apenas nos discursos políticos ou ações isoladas de determinados governos. Para além da existência de prédios escolares torna-se necessário que os indivíduos tenham acesso a essa escola, permaneçam nela e acima de tudo adquiram e desenvolvam conhecimentos (PEA, 2008).

Dessa forma, as políticas públicas são resultantes de atividades políticas, compreendendo um conjunto de decisões e ações relativas aos interesses da sociedade através de bens públicos (RUA, 2009). São as ações estratégicas executadas para atender anseios coletivos que configurem a resolução de problemas demandados pela sociedade através da gestão pública.

Vale considerar que as mudanças na gestão pública, a partir dos anos 80, começam a ser configurados pelo movimento e influência de aproximação com os modelos da administração privada, na qual se sobressaem dinâmicas inovadoras, que pautaram a substituição de uma administração tradicionalmente mecanicista por um modelo centrado na gestão de pessoas, avaliação de desempenho constante, novas tecnologias informacionais e de produção.

Desse modo, é importante considerarmos os aspectos que permeiam o financiamento da Educação, e evidencia o vigoramento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e para Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que é responsável pela Educação Básica, a Educação Infantil ao Ensino Médio. É importante ressaltar que ela veio a substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 até 2006, já o FUNDEB está em vigor desde o mês de janeiro do ano 2007 e se estenderá até o ano 2020.

Nesse sentido, concorda-se com Dantas Filho (2006) a educação pode ser transformada em prioridade, não apenas como resultado da boa vontade do governo, mas, sobretudo, pela capacidade de articulação e mobilização da própria comunidade escolar. No entanto, precisa-se ampliar o envolvimento do governo e da gestão escolar em ações que efetivamente reconheça a educação como prioridade. De acordo com Guimarães (2006, p. 3):

A União provém os recursos financeiros, define os critérios de repasse e transfere o dinheiro, acompanha e avalia o Programa, exerce o controle no âmbito federal, recebe e julga as prestações de contas aprovadas pelos governos municipais, distrital e estaduais das escolas que recebem o crédito diretamente nas contas de suas unidades executoras e as prestações de contas das prefeituras e secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, quando a escola não possui sua unidade executora própria, nos casos previstos na legislação. À unidade executora da escola, recai a tarefa de planejar a execução dos recursos, que tem início com a reunião comunitária para identificar necessidades e eleger prioridades, prestar contas dos recursos à prefeitura e à secretaria de educação estadual ou distrital, conforme a vinculação da escola, realizar o efetivo controle social e possibilitar a autonomia escolar, autogestão dos seus recursos e o exercício da cidadania, concorrendo para o fortalecimento da democracia.

Percebe-se assim a importância dos gestores não sobreporem os recursos financeiros a outros objetivos a não ser aqueles especificados pelo programa. Por isso, a constituição é bem enfática ao ressaltar que a educação é dever de todos e obrigação também da escola.

Segundo Ipea (2008, p.101), “a luta pela democratização do ensino assume, no âmbito da educação básica, o caráter da qualidade, da busca da permanência e da conclusão da escolaridade como um direito social”. Nesse sentido, a institucionalização da democracia e, simultaneamente o aprimoramento da eficiência e da qualidade das escolas públicas tem estimulado o processo de mudanças na forma de vivenciar a educação brasileira por parte da gestão escolar.

Neste contexto, Luck (2009) ressalta que é papel da escola e de todos nela participantes; a articulação de esforços; o compartilhamento de responsabilidades conjuntas; a formação de uma cultura transparente com base na ética e na justiça expressas por equipes de trabalho comprometidas com os objetivos educacionais. Ipea (2008, p.65) enfatiza que para a efetividade das políticas públicas, necessário se tornam celebrar um verdadeiro compromisso de coesão social, entre gestores escolares e agentes públicos que integram os atores sociais do sistema educativo, o que permitirá que todos caminhem em torno do mesmo objetivo.

Com isso, levando em consideração o ponto de vista de Chaves (2002, p.58) é importante mencionar que a implantação da escola de tempo integral, como ampliação da permanência da criança na escola:

[...] não era uma exigência nem pedagógica nem social dos anos 30. Nesse período o que importava era a finalização de um processo relativamente longo de sedimentação de todo um sistema de escola cujo ensino primário deveria oferecer mais do que a simples leitura e escrita. Este, sim, seria o ponto nevrálgico que a educação deveria superar. Nesse sentido, é correto afirmar que a educação integral promovida por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, nos anos 30, sem sombra de dúvida inspira a educação de tempo integral nos dias de hoje pelo seu modo globalizado de enxergar o ensino. (CHAVES, 2002, p.58)

Por tudo isso, compreende-se que a educação integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola.

2.3 O Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 (referência), integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação inter setorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

O Programa Mais Educação faz parte do Plano Nacional de Educação que foi sancionado no dia 9 de janeiro de 2001 através da Lei n.º 10.172. O PNE é um plano que tem características relevantes que repercutem na concepção e no desenho operacional dos planos estaduais e municipais. Esse é um plano de Estado em que toda a sociedade é herdeira de suas ações e metas, é, pois, proprietários de seus compromissos, muito embora saibamos que haverá mudanças de governo e no poder haverá alternativas de partido, o plano continuará, porque ele vem a responder a um andar superior – constitucional e legal. Alguns ajustes certamente serão feitos até mesmo para atender a formas distintas de ver o encaminhamento de certas questões. É preciso considerar que o PNE trata-se de um plano nacional e não da União, é um plano global, de toda a educação.

O Piauí foi um dos estados que participou do projeto piloto do MEC e cada escola do estado e do nosso município que foi selecionado e contemplada com o programa recebe uma quantia em dinheiro de acordo com o número de alunos participantes do programa. Sendo aplicado durante seis meses e o repasse do dinheiro é feito diretamente pelo MEC na conta da

escola, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nesse sentido, é importante mencionar que o dinheiro deve ser utilizado para o pagamento dos monitores das atividades do contraturno para a compra de materiais e alimentação.

Assim, a aprendizagem se dá em nível de sistematização e também no contexto comunitário em que vive o aluno atendido pelo programa. Vygotsky (1991) afirma que a aprendizagem se realiza sempre em um contexto de integração e esse processo de aprendizagem que sugere o programa promove o desenvolvimento e a aprendizagem precede o desenvolvimento.

É importante mencionar que o Programa Mais Educação conta com apoio de quatro ministérios (Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura) e fomentado pelos programas PDDE e PNAE, o Programa Mais Educação (PMEd) é um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR)⁵ e chega às escolas com o objetivo de formular uma política nacional de educação básica em tempo integral (BRASIL, 2010).

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades.

Nesse sentido, o Programa Mais Educação visto sob a ótica de uma ação que articula educação formal e educação não-formal, busca mudanças no interior das relações sociais e nas atitudes dos indivíduos em relação a si mesma e à sociedade em que vivem. Dessa forma, enquanto ação de política pública, visa a luta pelos direitos e deve nortear os trabalhos dessa modalidade educativa, que, além de se constituir como espaço de aprendizagem, configura-se como um fator de proteção e proximidade num contexto adverso de pobreza e vulnerabilidade social. Com isso, deve-se pensar em uma proposta que conceba esse programa como sendo uma estratégia de educação não-formal, isto é, uma educação que não é construída apenas na escola, mas também na sociedade, na família e em outros espaços.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a educação não-formal prepara formando e produzindo sujeitos críticos, promovendo uma educação que prepare para os desafios a serem enfrentados na sociedade, rompendo barreiras do egoísmo do individualismo e outros empecilhos na busca da civilidade. Assim, por meio de estratégias não-formais é possível estabelecer metas que serão importantes na construção de uma aprendizagem significativa.

O programa oferece outras oportunidades educativas; novas atividades educacionais podendo reduzir a evasão, a repetência e a distorções de idade-série, por meio de ações culturais, educativas, esportivas, de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de lazer. Esses são alguns dos principais objetivos do Programa Mais Educação, que visa qualificar a experiência educativa das crianças e jovens das escolas públicas de ensino fundamental, sendo composto por sete macrocampos, referentes ao acompanhamento pedagógico; ao meio ambiente; ao esporte e ao lazer; aos direitos humanos e à cidadania; à cultura e às artes, à inclusão digital; à saúde, à alimentação e à prevenção.

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.607/98, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes (MEC, 2009, p. 14).

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacionais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as atividades fomentadas nesse programa são operacionalizadas de livre escolha pelas Secretarias Estaduais e Municipais foram organizadas em macro campos de Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte, Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educo comunicação, Educação Científica, Econômica e Cidadania, que acontecem em horário diverso ao da escolarização.

Nesse programa, uma das figuras centrais para o desenvolvimento do programa na escola é o professor comunitário. De acordo com a proposta do MEC cada escola deve designar entre seus docentes um professor com 40 horas semanais que deverá coordenar a oferta e a execução das atividades de Educação Integral, estabelecendo diálogo com o currículo escolar.

As inovações tecnológicas colocaram um cheque a educação formal. No entanto, as políticas públicas em educação trouxeram um salto significativo para o setor por meio dos programas que passou a desenvolver para melhorar a qualidade do ensino e da educação pública gratuita ofertada ao cidadão brasileiro. Essas políticas entenderam e trouxeram para nós que somos a sociedade do conhecimento e o conhecimento é dinâmico e mutável, onde

não podemos ficar à margem dele. Por isso, com as políticas públicas em educação e os programas por elas oferecidas verificamos claramente as transformações que ocorrem no mundo. Segundo Oliveira (2001):

No decorrer dos anos 90 o debate sobre educação e desenvolvimento esteve pautado pela exigência de responder ao padrão de qualificação emergente no contexto de reestruturação produtiva e de globalização da economia, ocupando lugar de destaque nas políticas educacionais. As discussões que ocorrem explicitam a necessidade de serem pensadas alternativas para problemas estruturas da educação brasileira, passando pela reforma dos sistemas públicos de ensino.

Com isso, queremos dizer que a educação integral vai, aos poucos, ocupando um lugar nas discussões sobre a educação de qualidade e explicita os problemas que se manifestam no dia-a-dia escolar, consolidando assim, ações voltadas para a solução desses problemas.

Os profissionais co-responsáveis pelo desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, com formação específica nos macro campos e com habilidades reconhecidas pela comunidade, educadores populares, estudantes e agentes culturais que dispõem do serviço voluntário. O diretor da escola também tem um papel a desempenhar, pois através de sua atuação com o Conselho Escolar, deverá incentivar a participação e a tomada de decisões junto às famílias, professores, funcionários e estudantes. Cabe aqui, ressaltar que as atividades de Educação Integral do Programa Mais Educação dialogam com aquelas atividades que a escola já faz, pois, a escola atuará com o programa em consonância com projeto político pedagógico desenvolvido pela própria escola.

A definição de um paradigma contemporâneo de educação integral entende que o território da educação escolar pode expandir-se para além dos muros da escola, alcançando seu entorno e a cidade em suas múltiplas possibilidades educativas. É desejável que os conteúdos da base nacional curricular, Lei 9.394/96 (LDB), dialoguem organicamente com temas estruturantes e contemporâneos para a vida em uma sociedade que se afirma como republicana e democrática.

Assim, a proposta do Programa Mais Educação visa assegurar a promoção de uma educação de qualidade pautada na formação integral dos educandos. Dessa forma, vale mencionar que as habilidades de leitura e escrita são contempladas nas atividades desenvolvidas pelo programa, por considerar essas habilidades inerentes à formação do indivíduo e sua inserção no meio social do qual faz parte.

A esse respeito, enfoca-se ainda que no Programa Mais Educação se esclarece, tanto na Portaria como nos documentos de referência pedagógica, seu objetivo e finalidades em cultivar relações entre escola e comunidade, “promovendo a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar” (BRASIL, 2007).

Partindo dessa proposta deve-se perceber a educação vista sob um olhar diferenciado, que almeje o desejo constante de mudança, que preze pela qualidade e assegure uma formação sólida, que desenvolva processos de formação para a cidadania e para o respeito e esteja comprometida com a elevação do nível de escolaridade dos seus educandos, através da construção do conhecimento, autonomia, integração cultural e tecnológica. É importante considerar que as boas condições físicas, recursos e trabalho docente/ administrativo são fatores indispensáveis na promoção de uma educação de qualidade, dinâmica, crítica e transformadora.

O Programa Mais Educação, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), trata de atividades abrangentes, que visam despertar os indivíduos que dele participam, a descoberta de novos horizontes, que antes não se faziam possíveis, mediante a falta de conhecimento, sendo que através do programa há o surgimento de novos talentos , estes com objetivos maiores do que quando iniciaram no programa.

Além disso, a Portaria 17/2007, no art. 2º, segundo parágrafo, dispõe que o Programa tem por finalidade contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implantação de ações pedagógicas para a melhoria do rendimento e do aproveitamento escolar.

Coelho (2009, p.56) expõe que Anísio Teixeira defendia a educação integral como “formação para o progresso, para o desenvolvimento da civilização técnica e industrial, aspectos político-desenvolvimentistas, o que constitui pressuposto importante do pensamento/ação liberal” (p.89).

Gohn (2010, p.43), complementa dizendo que “o que difere da educação formal/escolar é o fato de se realizar em instituições diferentes das escolas e de utilizar métodos de ensino específicos”. Almeja-se que os sujeitos se tornem atuantes, conscientes e responsáveis perante os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania. Assim, necessita-se instigar o desenvolvimento de cidadãos que pensem antes de agir, que sejam líderes de si mesmo e autores da sua história, capazes de gerir ações significativas no processo de transformação histórico-social. Entretanto, para que isso se torne viável é mister garantir

uma gestão escolar com base numa prática dialógica e democrática, além de estar comprometida com os anseios da comunidade educativa e pautada em procedimentos mediadores no desenvolvimento de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Gohn (2010), os espaços de educação não-formal oferecem condições para o desenvolvimento de autovalorização, de rejeição de preconceitos, fortalece o desejo de luta pelo reconhecimento da igualdade das pessoas respeitando as diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.), pois se constituem como espaços comunitários de grande proximidade com a comunidade local e como resposta aos seus anseios.

Atualmente, as experiências de educação não-formal tentam responder às necessidades sociais e educacionais, em especial de crianças e adolescentes em situação de pobreza. Diante do crescimento desse contingente de marginalizados acontecem tentativas de combate à pobreza e inclusão, associadas à educação, através de programas de renda mínima. Espera-se da educação, alternativas para a superação da pobreza, através da formação do cidadão para o mercado: “criativo, inovador, capaz de lidar com as inovações tecnológicas, flexível e solidário” (GARCIA, 2005, p.3).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo consiste numa pesquisa de campo que baseou-se, previamente, em uma revisão bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet com objetivo de oferecer maior contato com o público-alvo e aproximação com o fenômeno estudado.

Em relação à sua natureza, será desenvolvida uma pesquisa qualitativa que de acordo com Richardson (2012, p.21 e 22) “caracteriza-se como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Nesse sentido, nos permite trabalhar com os concepções e experiências dos envolvidos no estudo.

3.2 Técnica de Coleta e Análise dos Dados

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram aplicados questionários e realizada uma observação sistemática para melhor conhecimento e desenvolvimento do programa na prática, os questionários foram aplicados a dez monitores e vinte alunos, quanto a seleção dos sujeitos os dez monitores das duas escolas participantes da pesquisa foram todos englobados de modo que seria analisado os vários pontos de vista acerca do estudo, já aos alunos pedi durante as aulas do programa que dez deles, em cada escola que quisesse participar de livre e espontânea vontade para responder ao questionário acerca da temática abordada nesse estudo.

Através da aplicação de questionários, como técnica de coleta de dados, desenvolve-se, segundo Richardson (2012, p.210), “a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida”. Para caracterização dos sujeitos participantes, incluiu-se no questionário, além das questões específicas sobre os aspectos pertinentes ao estudo, itens sócio- demográficos. Quanto à forma das questões, informa-se que as mesmas foram estruturadas de modo objetivo e aberto.

Após a coleta de dados, procedeu-se a etapa de análise e interpretação dos dados. A esse respeito, Gil (1999, p.168) destaca que:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Portanto, a análise e interpretação dos dados podem ser concebidos como sendo o processo de formação de sentidos e significados. É por meio da análise que existe uma interação entre o pesquisador, os dados coletados (pesquisa) o posicionamento e ideias de autores que abordam a temática.

3.3 O contexto e participantes da pesquisa

A pesquisa aconteceu no mês de Outubro de 2014 em escolas públicas municipais da cidade de Picos-PI: Escolas Municipais Celso Eulálio e Padre Madeira. A escolha por tais escolas se deu em virtude delas trabalharem com o Programa Mais Educação.

Os sujeitos participantes deste estudo são dez monitores, 07 sexo feminino e 03 do sexo masculino que integram o Programa Mais Educação nas duas escolas. Quanto à escolaridade, seis possuem curso superior (Letras/ português; Pedagogia, Matemática e Educação Física) e 04 (quatro) possuem Ensino Médio. E que 7 dos entrevistados atuam na escola há mais de dois anos e possuem uma espécie de contrato, onde a cada período são novamente recontratados.

Além disso, entrevistou-se também 20(vinte) aluno que, devidamente matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), frequentam e participam das atividades desenvolvidas pelo programa em estudo.

Com isso, logo após a etapa de coleta de dados, procedeu-se à análise das informações culminando com a elaboração do relatório monográfico, onde foi possível incluir todas as informações condizentes e que tornaram-se de extrema importância no desenvolvimento e concretização do referido estudo.

Figura 01 – Visão externa da Escola Municipal Padre Madeira – Picos - PI



Fonte: http://www.diaadiapicos.com.br/capa.php?page=shmt&ma_id=35

A Escola Municipal Padre Madeira está localizada na Rua Francisco Frota, s/n, Bairro Centro – Picos-PI, oferece a toda a comunidade escolar o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos turnos manhã, tarde e noite.

A escola atende a um total de 300 alunos nos três turnos, educandos com faixa etária entre sete a cinquenta e cinco anos, a maioria advindos de classe baixa.

No quadro administrativo a referida escola conta com 1 diretora, que é formada em Educação Física, 33 professores, sendo que todos possuem nível superior, a maioria em Pedagogia e Normal Superior, não possui coordenadora, conta ainda com 1 secretária, formada em Biologia e cursando Filosofia, 3 vigias, 2 zeladoras, 2 merendeiras, todos trabalham de forma conjunta para o melhor funcionamento da escola.

Figura 02 – Visão externa da Escola Municipal Celso Eulálio – Picos - PI



Fonte: [http:// www.portalsaibamais.com](http://www.portalsaibamais.com)

A Escola Municipal Celso Eulálio está localizada na Praça Josino Ferreira, S/N, Bairro Centro – Picos-PI, oferece a toda à comunidade escolar a Educação Infantil (Maternal, Jardim I e II) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos turnos manhã e tarde.

Os estabelecimentos escolares funcionam onde de acordo com a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96), que estabelece uma carga horária anual de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos, procura estimular nos educandos competências e habilidades, propiciando um desenvolvimento integral dos mesmos.

A escola conta com um total de 230 (duzentos e trinta) alunos, inseridos na Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Seu corpo docente é composto de 21 (vinte e um) professores. O pessoal técnico é formado de 13 funcionários com a seguinte formação: 01 (um) diretor, 02 (dois) coordenadores, 02 (dois) secretários, 03 (três) merendeiras, 03 (três) zeladoras e 02 (dois) vigias.

O corpo discente desta unidade são alunos da faixa etária de 04 a 11 anos, alguns residentes no próprio bairro e muitos vindos de localidades próximas à escola.

4 EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

4.1 Sentidos e Significados do processo formativo no Mais Educação

Foram entrevistados dez monitores, 07 do sexo feminino e 03 do sexo masculino do Programa Mais Educação. Quanto à escolaridade, seis possuem curso superior (Letras/português; Pedagogia, Matemática e Educação Física) e 04 (quatro) possuem Ensino Médio. E que 7 atuam na escola há mais de dois anos e possuem uma espécie de contrato, onde a cada período são novamente recontratados.

Os monitores desenvolvem atividades direcionadas ao Acompanhamento Pedagógico, como danças, recreação e outras estratégias lúdicas, interligando de forma prática e assídua às competências e habilidades nos educandos, visando assegurar à sua formação integral. (MANUAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, 2014)

Ao longo da atuação pedagógica dos monitores, a equipe gestora promove momentos direcionados ao planejamento e ao detalhamento de ações e metas que serão colocadas em prática no decorrer da prática docente. (PPP, 2014)

O contexto educacional atualmente requer de nossos educadores e do próprio sistema de ensino, um planejamento escolar inovador, dinâmico e humanizado, possibilitando assim a concentração de uma educação de qualidade, visto que, na maioria dos casos, o grande problema da educação está na elaboração e seleção de atividades que venham a contribuir para a erradicação de problemas e dificuldades diagnosticadas nos educandos.

A escola, como sendo um ambiente social, deverá ser para todos os envolvidos no processo educativo, um local promissor a troca e vivência de experiências, contribuindo de maneira positiva na efetivação de uma aprendizagem significativa e flexível, que considera além de notas quantitativas do rendimento escolar, as competências e habilidades que os mesmos adquirem ao longo desse processo.

Na ótica do Programa Mais Educação, os monitores são concebidos como mediadores do conhecimento, devem estar constantemente à procura de novos métodos e técnicas de ensino que favoreçam o incentivo à prática efetiva da leitura, da matemática e de outras áreas do conhecimento, bem como, a conscientização dos seus alunos sobre a importância e a presença da leitura na vida humana, visto que, o papel da escola no ensino da leitura deve ser entendido como um processo que se expande por toda vida, isto é, constitui-se como um processo que não tem fim, onde no decorrer desse processo serão desenvolvidas competências e habilidades que vão se ampliar a cada dia.

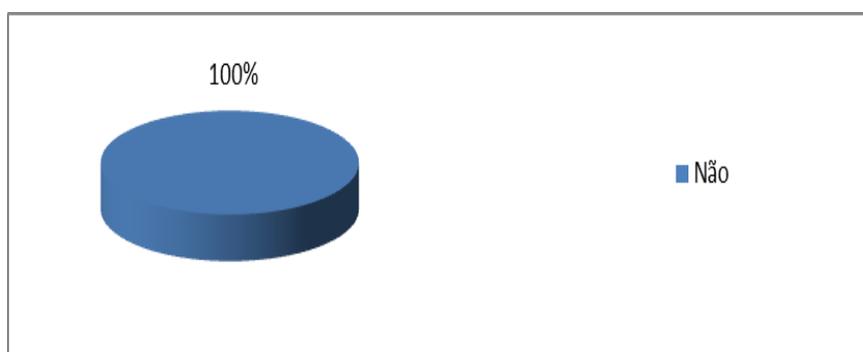
Os monitores foram questionados se eles consideram que os materiais pedagógicos utilizados no Programa são eficazes na prática da leitura. A esse respeito, todos os entrevistados responderam que sim, tendo em vista que os recursos disponibilizados para as atividades de letramento e demais oficinas visam interagir os alunos com a formação plena.

Vale mencionar que os monitores destacaram que gostam de atuar no programa, pois, “articulam propostas de ações pedagógicas aos recursos didáticos que são disponibilizados no cumprimento das metas a serem alcançadas a curto e longo prazo, bem como, na construção assídua da promoção de uma educação de qualidade”. Nesse sentido, isso interfere de maneira positiva no processo de aprendizagem. Dessa forma, pode-se dizer que o existe um impacto proveitoso dentro do programa e sua relevância na educação.

Os monitores consideram que as principais dificuldades vivenciadas pelos mesmos dentro do Programa Mais Educação diz respeito ao não compromisso eficaz da família das questões e espaço físico da escola para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas no programa. Dessa forma, a escola como espaço de orientação, construção da identidade de um indivíduo deve promover uma formação integral e de qualidade que, ao ser incorporado nas mediações domésticas, construa o gosto assíduo e contínuo pela busca constante do conhecimento.

Além disso, destacaram também que dentre as maiores dificuldades encontradas evidencia-se a questão da estrutura e do espaço físico do estabelecimento escolar, no que concerne a prática de exercícios e atividades físicas. A esse respeito, perguntou-se aos mesmos se a instituição de ensino estava adequada para o funcionamento deste programa.

Gráfico 01 - Adequação da instituição escolar para o funcionamento do programa



Fonte: Pesquisadora

Por meio das respostas dos questionários, pode-se concluir que o estabelecimento escolar não dispõe de condições físicas adequadas para o funcionamento do Programa Mais Educação. No entanto, é importante ressaltar que o espaço físico da escola não é determinante

para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar o mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, toda a comunidade.

Com isso, os professores e monitores concluem dizendo que o programa tem oferecido benefícios aos alunos na medida em que os alunos realmente se comprometam com a aprendizagem, obtendo assim resultados positivos, desde a integração com os demais colegas, como também com as atividades propostas pelo programa.

Nesse sentido, é importante destacar que o Programa Mais Educação é “parte constitutiva do PDE e [...] objetiva a implementação de educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos – inicialmente para estudantes do ensino fundamental nas escolas de baixo IDEB.” (BRASIL, 2009d, p. 13).

Assim, fica claramente definido pelos monitores participantes desse estudo que esse programa tem apresentado melhoras significativas nas disciplinas que compõe o currículo oficial dentro da sala de aula, em especial, aquelas direcionadas ao letramento (português e matemática), por meio do macro campo (eixo temático do Programa Mais Educação) acompanhamento pedagógico (reforço escolar). Porém, vale ressaltar que nem muitos pais e/ou responsáveis são comprometidos com à promoção de um ensino de qualidade, nem tampouco com o funcionamento correto do programa, pois, segundo relato dos monitores, “muitos pais consideram esse programa como perda de tempo ou então apenas como momento para brincadeiras”.

Com isso, fica-se evidente a importância da parceria da escola com a família. Assim, muitos alunos sentem-se motivados a participar, outros, em decorrência da falta de incentivo da família não participam.

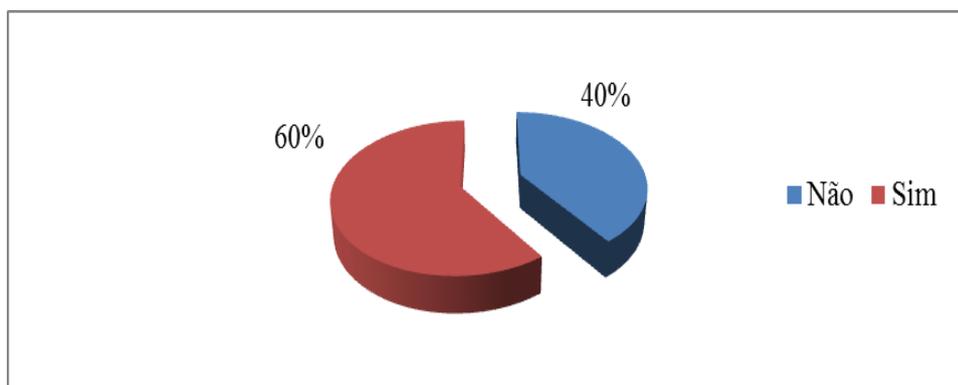
Dentro dos desafios a serem alcançados dentro do Programa Mais Educação torna-se importante ressaltar que um dos principais obstáculos e entraves da promoção eficaz desse programa é justamente a estrutura física, pois, de acordo com as respostas encontradas nos questionários e por meio da visita a essas escolas, pode-se perceber que elas não atendem a demanda que uma educação integral exige, isto é, não tem como os alunos que estudam pela manhã e a tarde estarem ao mesmo tempo em um mesmo espaço com conforto. Dessa forma, o programa fica a desejar na estrutura física.

No que diz respeito aos recursos didático-pedagógicos, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola) por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

destina recursos financeiros para a compra e manutenção de recursos que auxiliarão na promoção de uma educação dinâmica e flexível que acarreta na formação plena.

Os monitores ressaltaram que consideram esse programa muito interessante, tendo em vista que possibilita a discussão de várias temáticas ligadas ao cotidiano dos alunos. No entanto, precisa avançar muito para que haja o desenvolvimento desses alunos perante à sociedade. Nessa perspectiva, perguntou-se se as atividades realizadas na escola estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico. A esse respeito, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 02 - Relação das atividades realizadas com o Projeto Político Pedagógico



Fonte: Pesquisadora

Na verdade, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração, um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. Segundo Libâneo (2004), o planejamento é “uma prática de elaboração conjunta dos planos e sua discussão pública, é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar”.

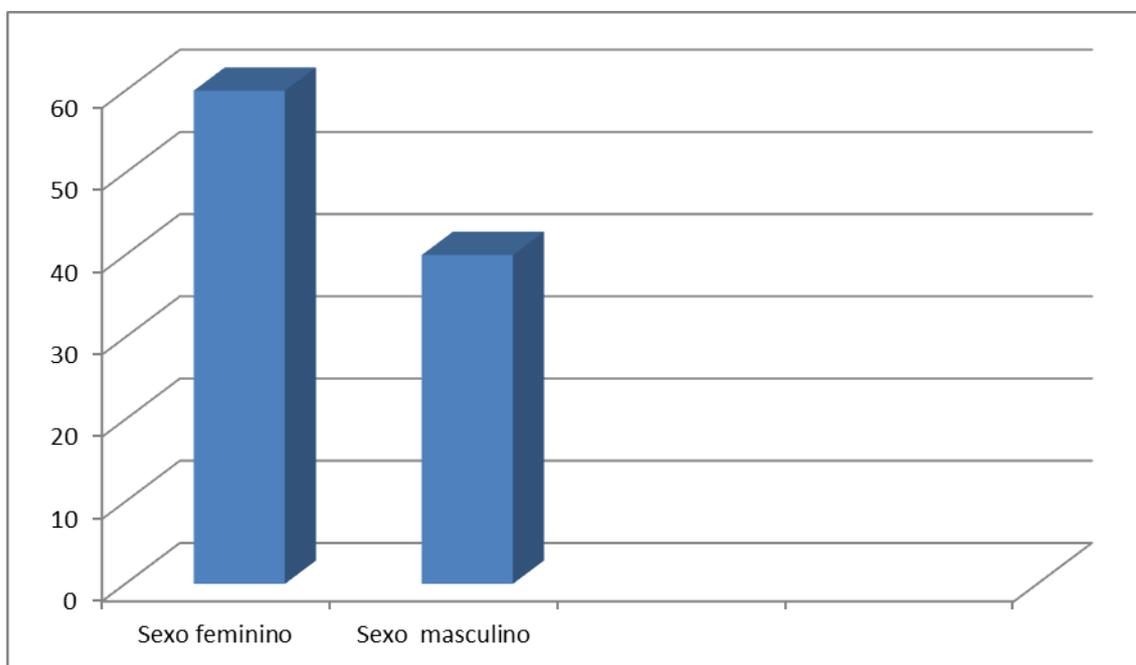
Portanto, de acordo com o posicionamento dos monitores nota-se que o impacto do Programa Mais Educação é de mister contribuição no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que articula conhecimentos trabalhados e sistematizados na sala de aula, com competências e habilidades que são despertadas e/ou estimuladas por meio das atividades desenvolvidas no programa.

4.2 Ação e Prática Pedagógica no Programa Mais Educação

Para aprofundamento da discussão acerca dos impactos do Programa Mais Educação na perspectiva dos alunos, entrevistou-se também 20 (vinte) alunos que, devidamente matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), frequentam e participam das atividades desenvolvidas pelo programa em estudo.

Quanto ao sexo, os alunos participantes desse estudo estão enquadrados da seguinte forma:

Gráfico 03 - Sexo dos alunos contemplados no Programa Mais Educação



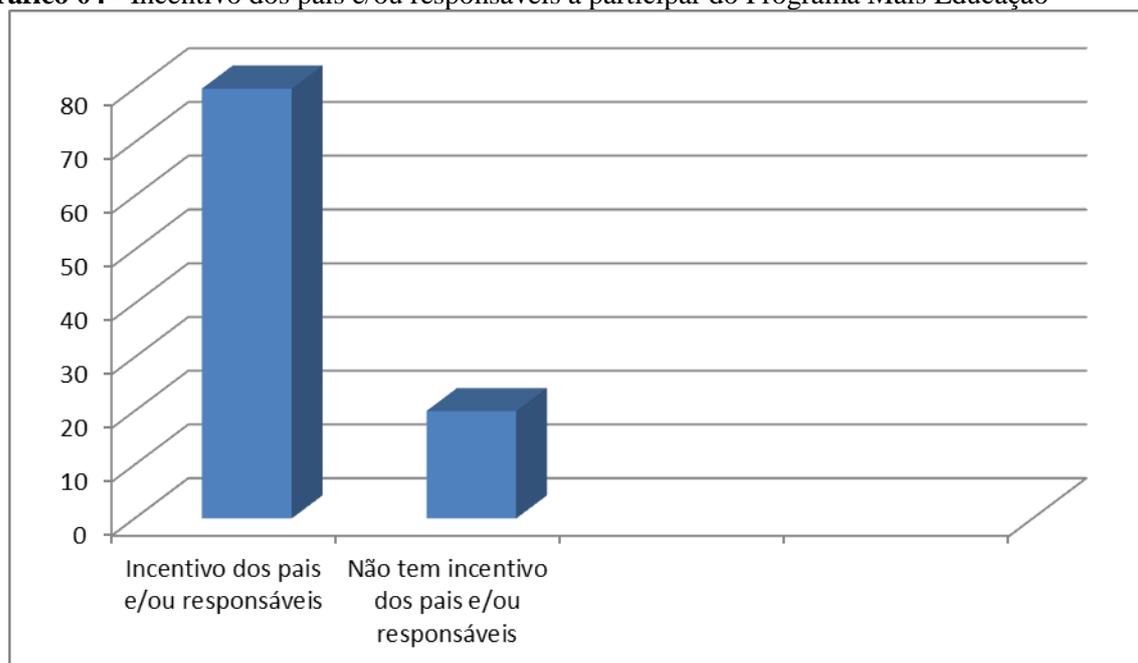
Fonte: Pesquisadora

Os alunos foram questionados sobre a estrutura física da escola e, novamente, chega-se à discussão e a conclusão de que as estruturas das escolas municipais não condizem com a proposta do Programa Mais Educação, deixando muito a desejar e com isso, impedindo muitas vezes, que algumas atividades sejam desenvolvidas, como por exemplo, segundo os alunos, atividades de esporte e lazer.

As escolas onde realizou-se a pesquisa possuem uma proposta educativa empenhada em apresentar o perfil do nosso alunado como um ser humano novo capaz de encontrar soluções para os desafios próprios de um tempo em que a sociedade cada vez mais exigente, impõe o desenvolvimento de novas capacidades, tendo como ponto de partida o Manual do Programa Mais Educação. E para isso os alunos das escolas devem ser capazes de

desenvolver-se de maneira artística, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas. No momento em que foram questionados se os pais e/ou responsáveis incentivam à participar e permanecer dentro do programa, 80% dos alunos disseram os pais lhe incentivam e 20% mencionaram que não tem esse incentivo em cada. Como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 04 - Incentivo dos pais e/ou responsáveis a participar do Programa Mais Educação



Fonte: Pesquisadora

A esse respeito, considera-se de extrema importância o incentivo da família, pois, a comunicação entre comunidade e escola se faz necessária, pois, esse meio de veículo entre ambas vertentes da educação, permite que os problemas e dificuldades de aprendizagem encontradas por alguma delas seja enaltecida, refletida e contextualizada com possíveis soluções e estratégias para reversão dos mesmos.

A escola, como sendo um ambiente promissor ao conhecimento, tem como uma de suas principais finalidades não apenas fazer com que os alunos aprendam determinados conhecimentos programáticos, mas que, assegure por meio de uma interação assídua com a família, um aprendizado significativo e de qualidade.

Os alunos, no decorrer das atividades desenvolvidas pelo programa, utilizam as diferentes linguagens: verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como um meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir de suas produções culturais e situações de comunicação. Além disso, de acordo com o Manual do Programa Mais Educação, os alunos devem ter a capacidade de questionar a realidade formulando

problemas e tratando de resolvê-los utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, selecionar procedimento verificando sua adequação.

Nesse sentido, por meio da utilização dos recursos didático-pedagógicos busca-se explorar as competências e habilidades nos educandos. Assim, os alunos ressaltaram na pesquisa que os recursos são satisfatórios, frequentam e gostam das aulas desenvolvidas no programa, destacando aquelas em que são mais lúdicas como dança, música, capoeira e atletismo.

Portanto, é fundamental que se estabeleça uma relação de respeito pela diversidade de opiniões, cumplicidade nas tomadas de decisões e, principalmente que todos tenham objetivos comuns. Sob essa ótica, expõe-se que a participação do conselho escolar deve se dá de forma autônoma, espontânea e consciente.

Dessa forma, buscou-se investigar de que os impactos do Programa Mais Educação na visão dos discentes e o que se pode constatar é que os alunos gostam de participar das atividades desenvolvidas pelo programa e que, de forma ativa, interagem e se envolvem de forma plena. Assim, o programa contribui de forma positiva na ampliação dos conhecimentos trabalhados em sala de aula e possibilita a expansão de determinadas competências e habilidades que serão relevantes no processo de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a concretização de todas as etapas que perfazem esse estudo, pode-se concluir que os monitores do Programa Mais Educação empregam estratégias diversificadas com a utilização de recursos didático-pedagógicos no decorrer de sua prática pedagógica. Sendo assim, o Programa Mais Educação conta com recursos que mobilizam a promoção de um ensino de qualidade que trabalhe as competências e habilidades dos educandos visando uma formação integral.

O Programa Mais Educação surgiu com o intuito de reduzir altos índices de analfabetismo, reprovação e o aumento do fracasso escolar nas séries iniciais, o Brasil começou a pensar em novas possibilidades de educação, desenvolvendo assim ações para estabelecer a educação integral, ofertando atividades de cunho pedagógico e social.

Nesse sentido, a legislação que assegura o Programa destaca a importância de uma educação em tempo integral no país, porém não tem se estabelecido essa educação efetivamente. Sabemos que o Programa Mais Educação é uma tentativa de implantação da educação integral, e por isso precisa de algumas modificações quanto a sua operacionalização, pois por ser uma medida Federal, tende a se reportar de forma geral a todo o território nacional, deixando de lado, por vezes, as especificidades de cada região.

Assim, pode-se destacar que ambas escolas, as estratégias utilizadas pelos monitores estão em consonância com os ideais previstos pelo programa, pela LDB e pelo PCN e em especial, aqueles pressupostos teóricos defendidos por autores que retratam da educação integral.

A escola tem papel fundamental nesse contexto. Ela é o primeiro espaço legitimado de produção da leitura e da escrita de forma consciente. E é dela a responsabilidade de promover estratégias e condições para que ocorra o crescimento individual do leitor, despertando-lhe interesse, aptidão e competência.

Com isso, a escola, como sendo um ambiente promissor ao conhecimento, tem como uma de suas principais finalidades não apenas fazer com que os alunos aprendam determinados conhecimentos programáticos, mas que, assegure por meio de uma interação assídua com a família, um aprendizado significativo e de qualidade. O Programa Mais Educação deve ser desenvolvido mediante a motivação e inclusão de todos os alunos envolvidos, tendo em vista que, essa interação propiciará resultados satisfatórios, isto é, os objetivos propostos desse programa serão atingidos.

Portanto, é importante mencionar que torna-se fundamental que a relação pais e filhos seja baseada em fatores primordiais no sucesso e na reprodução de boas vivências, tais como, no carinho, no diálogo e no amor, pois o relacionamento familiar implicará diretamente em sua vida futura, principalmente na escola.

Para tanto, é indispensável que a escola juntamente com a toda a comunidade escolar, pense em estratégias que problematizassem os conflitos dessas relações tendo em vista contemplar os diversos interesses e objetivos levando em consideração as responsabilidades que todos os envolvidos deveriam assumir no desenvolvimento de seus filhos / alunos, bem como na efetivação do processo ensino-aprendizagem de maneira significativa.

Ao final da construção do trabalho, ficou claro e definido que o Programa Mais Educação possibilita um impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, mas que reparos ainda necessitam ser realizados, como a adequação dos espaços escolares e a relação da escola com a família. Nesse sentido, é importante que os monitores estejam extremamente comprometidos com o desenvolvimento correto das atividades desenvolvidas no programa, como também a escola e o conjunto de indivíduos que dela participam desde os funcionários até os alunos. Para que assim o programa alcance sucesso e junto com a escola, almeje a sociedade e exerça assim seu papel com cidadania e responsabilidade, uma vez que sua função está intimamente ligada à formação de sujeitos sociais e humanos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espacos de junto e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educaçao integral no Brasil**: direito a outros tempos e espacos educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educaçao e do Desporto. **Manual operacional de Educaçao Integral**. Brasilia: MEC, 2014.
- BRASIL. Ministério Da Educaçao. **Série Mais Educaçao**: Rede de Saberes Mais Educaçao – pressupostos para projetos pedagogicos de educaçao integral: caderno para professores e diretores de escolas. – Brasilia: MEC – Secad., 2009d.
- COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História(s) da educaçao integral**. Em Aberto , Brasilia, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009a. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaaberto/article/viewFile/1472/1221>. Acesso em 10/10/2014.
- _____. Constituição Federal. **Constituição Federal de 1988**. Brasilia: Câmara dos Deputados, 1988.
- DANTAS FILHO, R. S. A atuação dos pais no conselho escolar como estratégia para a construção de uma escola democrática e de qualidade. In: MEC. Ministério da Educaçao e Cultura. **Gestão democrática da educaçao e pedagogia participativa**. Brasilia: PortalMec, 2006.
- FERNANDES, Renata S. (org.). **Educaçao não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Unicamp/CMU; Holambra: Editora Setembro, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Inovações educacionais**: educaçao integral, integrada, integradora e em tempo integral. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educaçao não-formal. In: PARK, Margareth B. e FERNANDES, Renata S. (org.). **Educaçao não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Unicamp/CMU; Holambra: Editora Setembro, 2005.
- GIL, A .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUIMARÃES, M. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Disponível em: <http://inovacao.ena.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=111> Acesso em: 29 set. 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Educaçao não formal e o Educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais/ Maria da Glória Gohn. - São Paulo: Cortez, 2010 – (coleções questões da nossa época; v.1).
- IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasilia, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/ldb>. Acesso em 15/06/2010.

LIBANÊO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Heloísa Lück. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOLL, J. (Org.). **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF: MEC, Secad, 2008.

MORAES, Salete Campos. **Propostas alternativas de construção de políticas públicas em Educação: novas esperanças de solução para velhos problemas?** Editora UFPR. Educar, Curitiba, nº 35, p. 165-179, 2009

OLIVEIRA, D.A. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/pde>. Acesso permanente.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/pde>. Acesso permanente.

PRADO, Tirson Ribeiro do. **A LDB, os PCN, o Currículo e o Projeto Político Pedagógico como políticas públicas de educação – um estudo de caso**. Monografia (especialização em Sociologia Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RICHARDSON, R. JERRY. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Anna Bernardes da Silveira. O currículo do Ensino Fundamental e a lei 9.394/96. In: BRITO e SILVA, Eurides (org.). **A educação básica pós LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. In: Módulo Básico do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. DCA/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos/ Jaume Trilla, Elie Ghanem; Valéria Amorim Arantes, (org.)**. – São Paulo: Summus, 2008. – (coleção pontos e contrapontos).

VEIGA, Z. P. A. **As instâncias colegiadas da escola**. Campinas: Papyrus, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES/ MONITORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Prezado (a) Educadores (a),

Este instrumento se destina à coleta de dados para realização de uma pesquisa sobre os impactos formativos do Programa Mais Educação nas perspectivas de educadores, monitores e alunos. A pesquisa está sendo desenvolvida como parte da formação no curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (CSHNB/UFPI), sob a orientação do Prof. Leonardo Rolim Severo. A mesma dará origem a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que busca analisar como os educadores, monitores e alunos envolvidos no Programa Mais Educação em escolas Picoenses percebem os impactos formativos decorrentes da realização de atividades no âmbito deste Programa. Para isso, contamos com sua colaboração no sentido de responder ao instrumento, nos fornecendo informações que serão usadas exclusivamente para fins de pesquisa, sendo que sua identidade pessoal será preservada em todas as partes do processo.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos e nos comprometemos que, ao término das pesquisas, nos disponibilizaremos para apresentar feedbacks quanto às nossas conclusões e alternativas encontradas.

Obrigado por sua colaboração.

Aladejany Rodrigues de Moura
(Acadêmica do 10º bloco do curso de Pedagogia)
Prof. José Lima Leonardo Rolim De Lima Severo
(Orientador)

Informações para contato:

Prof. José Leonardo Rolim De Lima Severo
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Avenida Cícero Eduardo, s/n. Junco. Picos – PI. CEP: 60647675.
Telefone: (89) 3422-4207 Celular: (83) 9344-6678
E-mail: leonardorolimsevero@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Bloco 1 – Dados de identificação

Idade:	Sexo: () Masculino () Feminino
Que atividade você ministrou dentro do programa?	Há quanto tempo você atua nessa função?
Qual o tipo de vínculo empregatício que você mantém na Instituição ou no sistema de ensino? () Profissional Efetivo () Profissional Temporário	
Qual a sua formação acadêmica? _____ _____	
Dentro da sua Instituição houve algum momento de formação para seu aperfeiçoamento referente à sua atuação no Programa Mais Educação? Se sim, por favor, relate-o. _____ _____ _____	
Você desenvolveu práticas interdisciplinares em seu trabalho como monitor? () Sim () Não Se sim, como você as organizou? _____ _____ _____	
Que estratégia de planejamento você utilizou para manter o seu trabalho como monitor? _____ _____ _____	

Bloco 2 - Atribuições Dentro Do programa

Em sua opinião, qual foi sua principal contribuição como monitor no Mais Educação?

Liste cinco instrumentos que você utilizou dentro do Programa para incentivar os alunos a participarem e continuarem no mesmo.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

Em sua opinião, qual foi a sua maior dificuldade dentro do Programa?

Você se sentiu realizado em atuar no Programa? () Sim () Mais ou Menos () Não

Em sua opinião as atividades que se desenvolveram, na sua escola de atuação, dentro do Programa Mais Educação, se deram, em um nível:

() Altíssimo () Alto () Razoável () Baixo () Baixíssimo

Bloco 3 – Processos de Avaliação Dentro Do Programa Mais Educação

Como você avaliou o desempenho dos alunos nas atividades? <hr/> <hr/> <hr/>
Você monitorou a evolução dos alunos em sua aprendizagem em sala de aula? Caso sim, como? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <hr/> <hr/>
Você participou de momentos de avaliação conjunta com os professores das aulas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Houve o destaque de alunos fora do âmbito escolar, graças ao Programa Mais Educação? Se sim, justifique sua resposta. <hr/> <hr/> <hr/>

Bloco 4 – Desafios a Serem Alcançados Dentro Do Programa

Quanto à estrutura física de sua escola é? <input type="checkbox"/> Muito insatisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória <input type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Muito Satisfatória
Possui recursos didáticos para o desenvolvimento das atividades propostas? <input type="checkbox"/> Poucas vezes <input type="checkbox"/> De vez em quando <input type="checkbox"/> Sempre
Os alunos frequentam regularmente as aulas do programa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os pais participam e incentivam os filhos a participarem e permanecerem dentro do programa? <input type="checkbox"/> Poucas vezes <input type="checkbox"/> De vez em quando <input type="checkbox"/> Sempre

Obrigada pela colaboração

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Idade:	Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Série:	
Há quanto tempo participa do Programa?	
Quanto a estrutura física da escola é? <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória <input type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Muito Satisfatória	
Possui vídeo? Possui brinquedo? Possui material esportivo? Possui computadores com internet?	
Você frequenta regularmente as aulas do Programa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Seus Pais e/ou responsável lhe incentiva a participar e permanecer dentro do Programa? <input type="checkbox"/> Poucas vezes <input type="checkbox"/> De vez em quando <input type="checkbox"/> Sempre	
Você gosta de estar participando do Programa Mais Educação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Quais as atividades desenvolvidas pelo Programa que você mais gosta? Por quê? _____ _____ _____ _____	
Na sua opinião as atividades desenvolvidas na sua Escola referente ao Mais Educação são: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Regular	

Obrigada pela colaboração.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
() Artigo

Eu, Aladejany Rodrigues de Moura,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Os Impactos Formativos do Programa Mais Educação
em Escolas na Cidade de Picos-Pi.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 23 de março de 2025.

Aladejany Rodrigues de Moura
Assinatura